

CURSO FECHADO (*IN COMPANY*) PARA MUNICÍPIOS – 16HS PRESENCIAIS

A ARRECADAÇÃO DE ISS DE 2026 E SUA INFLUÊNCIA NO RETORNO DE IBS AOS MUNICÍPIOS

Planejamento para o Município aumentar a arrecadação de ISS e assegurar receita na Reforma Tributária

Objetivo

Conforme as regras estabelecidas na Lei Complementar 227/2026, a receita de ISS e de cota-parte de ICMS entre 2019 e 2026 terá grande influência na distribuição do IBS, o tributo criado pela Reforma Tributária, que irá suceder a ICMS e ISS. Essa média de arrecadação, representará 90% do retorno de IBS aos Municípios em 2033, e se manterá como a principal forma de apuração da distribuição do IBS até 2053, com influência até 2077 no cálculo. Em razão disso, o presente curso explica como funciona o cálculo da distribuição do IBS e apresenta técnicas para que o Município, dentro das regras legais, possa aumentar a arrecadação de ISS em 2026 e assim assegurar uma receita maior de IBS por décadas. O curso, na sua forma presencial, será ajustado conforme a legislação de cada Município, e apresentará dados específicos da cidade, para fundamentar um planejamento completo de ação.

Público-alvo dos Municípios

Fiscais de tributos, auditores, contadores, controladores internos, procuradores, advogados do Município, prefeitos, secretários e demais interessados.

Tópicos de Conteúdo

Parte I – Entendimento do IBS e da distribuição do novo imposto

1. Apresentação da Reforma Tributária:

- a) Princípios norteadores da Reforma Tributária e seu impacto na economia;
- b) Tributos afetados, amplitude e conceitos gerais.
- c) Efeitos econômicos e na arrecadação dos municípios.
- d) Considerações gerais sobre a transição e implantação.

2. Entendimento geral do IBS, da transição e extinção do ISS:

- a) Fatos geradores, base de cálculo e alíquotas do IBS;
- b) Tributação no destino;
- c) Não cumulatividade e creditamento;
- d) Pagamento.

e) Isenções, benefícios, regimes diferenciados e regimes específicos.

f) Transição das regras.

3. Forma de distribuição do IBS para os municípios

a) Método de cálculo da distribuição do IBS aos Municípios a partir de 2029.

b) Apuração das médias de arrecadação do ISS e da cota-parte do ICMS no retorno do IBS.

c) Arrecadação efetiva *versus* lançamento.

d) Simulação do retorno de IBS do Município com base em estimativas e arrecadação média.

e) Demonstração do impacto de qualquer aumento no ISS no retorno por décadas.

f) Forma de divulgação dos índices, recursos e prazos pelo Comitê Gestor do IBS.

Parte II – Técnicas para aumento da arrecadação do ISS

1. Ponderações gerais sobre fiscalização

a) Definição de autoridade fiscal municipal.

b) Atribuições fiscalizatórias e segurança formal.

c) Possibilidades de autorregularização e incentivo ao pagamento.

2. ISS e Simples Nacional

a) Forma de recolhimento do ISS no Simples Nacional.

b) Rotinas fundamentais para controle de pagamento.

c) Principais situações passíveis de fiscalização eficiente (imunidades, erros de anexo, deduções, retenção, indicação errada de ISS fixo, local do recolhimento e outras).

d) Utilização de ferramentas de controle e cruzamento de dados.

e) DTE do Simples Nacional e formas de notificação.

f) Convênio para cobrança da dívida ativa de ISS.

g) Cobrança da dívida ativa de MEI.

h) Incentivos para o pagamento em 2026.

3. ISS e Construção Civil

a) Inviabilidade de dedução dos materiais da base de cálculo e fiscalização.

b) Revisão de obras concluídas e/ou em andamento.

c) Meios de controle de obtenção de dados de obras.

d) Meios de incentivo ao recolhimento de ISS até o final de 2026 de obras em andamento.

4. ISS e instituições financeiras

a) Conferência de dados e identificação de inconsistências nas declarações.

b) Lançamento e cobrança eficiente em casos de inconsistências.

5. ISS e Profissionais Liberais

a) Formas de identificação de profissionais liberais e sociedades profissionais no Município.

b) Verificação do direito ao ISS fixo e lançamento de valores não apurados.

6. ISS e serviços de tecnologia

a) Identificação de sites, influencers, portais e outros com potencial incidência do ISS na publicidade digital.

b) Identificação de outras empresas de tecnologia que possam atuar no Município.

7. ISS e outros serviços conforme a realidade econômica da cidade

a) Identificação do potencial econômico da cidade e dos principais serviços passíveis de fiscalização dentro os outros grupos de prestadores de serviço.

b) Serviços agrícolas, turismo, hospedagem, médico, de manutenção, de cessão de mão de obra, de transporte, de treinamento, vigilância, monitoramento e outros, com foco naquele com maior potencial de recolhimento de ISS para a realidade da cidade.

8. Cobrança da dívida ativa e incentivo ao pagamento

a) Dívida ativa e cobrança extrajudicial.

b) Execução fiscal e incentivo ao acordo (transação).

c) Benesses ao bom pagador e ao contribuinte cooperativo.

d) Programas de conformidade do ISS e descontos para regularização.

e) Políticas possíveis de antecipação ao recolhimento de ISS.

f) Divulgação e conscientização dos contribuintes.

9. Considerações finais

a) Importância do planejamento continuado e relevância menor da arrecadação do ISS a partir de 2027 até 2032.

b) Esclarecimento de dúvidas ou acréscimos específicos conforme a realidade da cidade.

Ministrante

Adriano dos Santos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Advogado; Especialista em Direito Tributário pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI; Especialista em

Gestão Pública pelo Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Ex-Consultor Tributário da Federação Catarinense de Municípios - FECAM; Coordenador de Atividades da Contributo Estudos Tributários; autor do livro “IBS e CBS – Visão Geral e Fundamentos Iniciais”; palestrante sobre temas tributários para mais de mil servidores municipais.

Formato do curso e participantes

Curso exclusivo para o formato fechado (*in company*) para Municípios, sem número máximo de participante, desde que todos os participantes sejam servidores ou agentes públicos da cidade contratante.

Carga Horária do Curso e Materiais

A carga horária presencial do treinamento é de 16 horas, correspondente da dois dias seguidos de treinamento, com 08 horas em cada dia.

Na contratação do curso presencial, todos os participantes passam a ter direito a acesso aos materiais em vídeo e PDF do curso EAD do mesmo tema, para que revisem ou analisem as informações sempre que precisarem.

A apresentação e dados simulados utilizados no treinamento é disponibilizado ao Município, para que possa ser usado pelos participantes.

COMO CONTRATAR



Curso ofertado exclusivamente pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, por meio de parceria com a Contributo. Entre em contato com a EGEM para contratar:

WhatsApp: (48) 99698-2319

E-mail: coordenacao@egem.org.br

Site: egem.org.br